

A educomunicação em políticas públicas estaduais de MS: reflexões em espaços de educação formal e não formal¹

Elisangela Rodrigues da COSTA²
Faculdade Insted, Campo Grande/MS
Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura (Setesc/MS)

RESUMO

Este artigo é um exercício reflexivo sobre a incorporação do paradigma da educomunicação em políticas públicas de instituições vinculadas ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul (MS) de 2022 à 2025. Os programas tratam o paradigma educacional de modo a estimular o exercício da cidadania comunicativa, seja pela perspectiva socioambiental com “MS+ECO: Escolas mais sustentáveis”; em interface com as relações étnico-raciais no caso de “Raças e Etnias do MS”; e por meio da expressão comunicativa pelas artes com o “Cidadania Viva”. O recorte analítico proposto considerou: a) a adoção do referencial teórico e prático da educomunicação; b) o arcabouço legal (decretos, leis, resoluções); e c) a transversalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educomunicação; Políticas Públicas; Transversalidade; Cidadania Comunicativa; Educação Midiática.

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, as empresas, os governos, a mídia, a educação, a cultura, o consumo, a juventude, se propõem a ser cidadãos. Tal comportamento, em um modelo social heterogêneo e incerto, evidencia a elasticidade da noção clássica de cidadania delimitada, em outras épocas, à direitos e deveres, e ampliada à participação cidadã resultante de laços de cooperação, comunicação, protagonismo, contribuindo à formação de agentes sociais emancipados. É nesse contexto que espaços, da educação formal e não formal (Gohn, 2006), para o exercício de ações dialógicas e participativas são abertas permitindo à perspectiva latino-americana da educomunicação atuar como práxis social, em exercícios reflexivos e práticos dos cidadãos pelo mundo com o propósito de transformá-lo (Freire, 1987). Por consequência, origina um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade destinado a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos abertos e democráticos, nos diferentes espaços educativos e comunicativos, a serviço da formação para a cidadania (Soares, 2011). Ademais, no contexto brasileiro, políticas públicas que incluem a educomunicação possibilitam a incorporação de aspectos e

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho - GT Comunicação e Educação, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação do Centro-Oeste, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Campo Grande, de 20 a 22 de maio de 2025.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Docente do curso de Pedagogia da Faculdade Insted em Campo Grande -MS. Servidora da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura de Mato Grosso do Sul (Setesc/MS). E-mail: costa.lisa1@gmail.com

valores decoloniais, emancipatórios, libertadores e de intervenção social. Tendo em vista corroborarem ao senso de pertencimento, pois: “damos sentidos às coisas pelo modo como a utilizamos ou as integramos em nossas práticas cotidianas” (Hall, 2016, p.21).

Esta é a pretensão deste artigo, conforme resumo introdutório, apresentar os diálogos existentes com o paradigma educ comunicativo, em espaços de educação formal e não formal, por meio de três políticas públicas estaduais de Mato Grosso do Sul (MS). Anteriormente, a apresentação de tais políticas, vale relembrar a importância do “Educom.rádio Centro-Oeste” para o fomento da prática educ comunicativa em MS.

As marcas do Educomrádio.Centro-Oeste em MS.

A educ comunicação na perspectiva do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) foi apresentada, oficialmente, à Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (REE/MS) por meio do projeto “Educ comunicação pelo rádio em escolas de Ensino Médio da região Centro-Oeste (“Educomrádio.Centro-Oeste”). Tal projeto ofertado pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC), em parceria com o NCE/USP, para as Secretarias Estaduais de Educação dos estados da região Centro-Oeste do país: Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e de Goiás (GO) no início dos anos 2000. O Educomrádio.Centro-Oeste integrou o projeto Rádio-Escola, da SEED/MEC e “foi considerado um curso de extensão universitária que introduziu o conceito da Educ comunicação nas práticas pedagógicas por meio da formação de professores e gestores no uso da linguagem radiofônica” (Mesquita, 2019). Segundo Consani (2024), o projeto atingiu 140 professores e 20 técnicos das Secretarias de Educação envolvidas, em Mato Grosso do Sul foram 20 escolas integrantes, sendo nove em Campo Grande, incluindo comunidades indígenas e quilombola. Foram cinco encontros presenciais “com o intuito de ampliar a reflexão sobre a prática educ comunicativa, inserir o debate sobre a inter-relação entre comunicação e educação no ambiente educativo e estimular a implementação do ecossistema educ comunicativo em cada escola” (Machado; Alves, 2008, p. 6). De acordo com Mesquita (2019) após o encerramento do Educomrádio.Centro-Oeste em 2005, uma notícia publicada pelo NCE/USP (Anexo H) indicou o interesse do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul em continuar com o projeto como política pública estadual, porém, a proposta não foi levada à adiante. Duas décadas se passaram com o fim do Educomrádio.Centro-Oeste e a educ comunicação, em consonância com a perspectiva do

NCE/USP, em 2025, está inclusa em políticas públicas do Governo do Estado de MS, caso do Programa “MS+ECO: Escolas mais sustentáveis”.

“MS+ECO: Escolas mais sustentáveis” e a educomunicação socioambiental

A compreensão da escola como um espaço educador sustentável, desenvolvendo ações em torno dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), para a realização da Agenda 2030 dialoga com a proposta do: “MS+ECO: Escolas mais sustentáveis” (decreto 16.283/23), projeto criado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS). Tal programa preconiza a discussão, participação, democratização e implementação de políticas públicas de educação ambiental, em quatros eixos de atuação: currículo, espaço, gestão e educomunicação socioambiental “conjunto de ações e valores que correspondem a dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais (Brasil, 2008, p.10). Em relação ao paradigma educamunicativo, o manual do MS+ECO descreve os objetivos relacionando-os com quatro áreas de intervenção (Soares, 2011): a expressão comunicativa pelas artes, a educação para a comunicação, mediação tecnológica em ambientes educativos e a gestão da comunicação, incentivando a elaboração de planejamento para a implementação e construção de ecossistemas comunicativos. As estratégias para adesão das unidades escolares ao MS+ECO incluem: pontuação por ações, objetivos a serem atingidos em cada eixo, comprovação documental com registro em plataforma específica, e outras práticas educamunicativas a serem pontuadas, ao final, as escolas que obtiverem a pontuação necessária (700 pontos) são certificadas com o Selo MS+ECO. Para execução do processo, durante o ano letivo, cada escola participante deverá eleger uma Comissão Escolar Ambiental Sustentável (CEA) composta por estudantes, docentes, gestores e membros do Colegiado e Grêmio Estudantil. Com a mesma dinâmica de execução do MS+ECO, outro programa da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), incluiu a educomunicação entre os eixos de ações nas relações étnico-raciais: o programa é o “Raças e Etnias do MS - Educação para Relações Étnico-Raciais” apresentado a seguir.

“Raças e Etnias de MS”: Educomunicação nas relações étnico-raciais

Herança da colonialidade de poder, no que se refere às estruturas de dominação e hierarquia, com prevalência do eurocentrismo (Quejano, 2014), a sociedade brasileira

contemporânea ainda mantém comportamentos de exclusão de grupos marginalizados, por meio de posicionamentos hierárquicos, autoritários, que aprofundam distâncias, principalmente, em relação à raça e etnia. É neste sentido, de modo a desenvolver, incentivar, divulgar e fortalecer ações de Educação para Relações Étnico-raciais foi criado, o Programa “Raças e Etnias de MS: Educação para Relações Étnico-Raciais” (PRO-ERER/MS), pela Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), por meio do decreto 16.398/24. Tal política dialoga diretamente com as populações indígenas e afro-descentes que marcam a diversidade da população sul-mato-grossense, estado com a terceira maior população indígena do Brasil (IBGE, 2022), com mais de 116 mil pessoas, distribuídas em oito etnias e possui 22 comunidades de remanescentes quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Nesse contexto, a política educacional incluiu a educomunicação, como um dos eixos de trabalho, de modo a disseminar conteúdos por meio da criação de canais de comunicação que valorizem a educação antirracista na comunidade escolar, questionando e colaborando para a existência do “lugar de fala” (Ribeiro, 2020), sendo uma das formas de superar o silenciamento, é, em parte, a construção do protagonismo dos estudantes, que a educomunicação estimula. Metodologicamente, conforme leitura do manual, o programa incorpora as estratégias utilizadas na política anterior do “MS+ECO” com somatória de pontuação elencadas em cada eixo, conforme ações cumpridas, até a soma total, e a atribuição do Selo ERER/MS ao final às escolas estaduais que alçarem 700 pontos. Agora, apresento a última política analisada, o programa Cidadania Viva.

Cidadania Viva: diálogos com as ODS e a expressão comunicativa pelas artes

O programa “Cidadania Viva” (Lei 5.733/21) criado na Secretaria de Cidadania e Cultura (Secic/MS), em 2021, executado de 2022 à 2024, tinha o paradigma da educomunicação como referencial teórico e metodológico. Eram 71 bolsistas, com idade de 16 a 29 anos, selecionados por meio de edital. Esses jovens atuavam com práticas educacionais em um espaço de educação não formal, por meio de ações divididas em quatro pilares: a) Vozes Cidadãs (produzir informações à população), b) Prosa Cidadã (dialogar por meio da técnica da roda de conversa), c) Pontes para a Cidadania (utilizar espaços públicos para a disseminação da arte, cultura pela expressão comunicativa por meio das artes e muralismo), e o d) Rota Cidadã (fomentar ao conhecimento da história do Estado,

disseminando informações das comunidades indígenas e quilombolas etc.). O conceito de educomunicação era definido como: “o conjunto de ações destinadas a criar e a desenvolver ecossistema comunicativos abertos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos, formais e não formais”[...] (MATO GROSSO DO SUL, 2021, p.02). Entre as várias parcerias e eventos que o Cidadania Viva participou, cito duas: a primeira, a parceria com a Unesco-Brasil em 2022, devido à incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que resultou na escolha de um jovem bolsista que representou a América Latina em diálogo com outros jovens em debate sobre educação climática; E a segunda, em 2023, a indicação do programa, para participar, da oitava realizada pelo Ministério da Educação (MEC) a “educomunicação na mobilização do ambiente escolar, em favor da democracia e de uma cultura de paz” que resultou em uma apresentação e depoimento do bolsista indígena, etnia Terena, Suélver Benites sobre a contribuição da educomunicação em sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões preliminares dos programas refletem que há aderência conceitual ao paradigma (Soares, 2011), amparos legais que oficializam e sistematizam as políticas públicas, e aberturas à transversalidade de ações. É possível observar que em relação a educação formal, no tocante à educomunicação socioambiental (eixo no MS+ECO), existe diálogo com a proposta do Ministério do Meio Ambiente; com quatro áreas de intervenção da educomunicação, e, ainda, entendimento da importância do diálogo social: “a educomunicação também possui o viés de extrapolar a Educação Ambiental para além dos muros escolares” (SED, 2023). Na educomunicação para relações étnico-raciais (Raças e Etnias de MS), os recursos de mídia e materiais didático-pedagógicos são mencionados em diálogos com o paradigma. No Cidadania Viva, educação não formal, existiu a intervenção social em espaços públicos (prédios e praças públicas, aldeias indígenas, festivais) por meio de ações propostas, coordenadas e supervisionadas pelos jovens, por meio das técnicas do muralismo e grafite, rodas de conversa, concomitantemente, com a cobertura jornalística educamunicativa. Espera-se que, na prática educamunicativa dos manuais, o protagonismo, autonomia, criatividade, e voz juvenil por meio da educomunicação prevaleça nas políticas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Patrícia Horta; MACHADO, Eliany Salvatierra. NCE: Um projeto de intervenção social. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (Intercom), 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1554-1.pdf>> Acesso 19.abr.2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: <<https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/educomunicacao-socioambiental-comunicacao-popular-e-educacao/>>. Acesso em: 19.abr.2025.

CONSANI, Marciel. **Educomunicação: O que é? e Como fazer?** São Paulo: Contexto, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf>. Acesso em: 19.abr.2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: **Quilombolas e indígenas**, por sexo e idade: Segundo recortes territoriais específicos. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3107/cd_2022_quilombolas_e_indigenas.pdf>. Acesso em: 19.abr.2025.

MESQUITA, Naiane Gomes. A Educomunicação nas escolas estaduais de Campo Grande: Um recorte a partir do Educomrádio.Centro-Oeste. 2019. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: <<efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/6992>>. Acesso em: 19.abr.2025.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei 5.733, de 07 de outubro de 2021**. Diário Oficial MS n.10.654.p.02 e 03. Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/ms/lei-ordinaria-n-5733-2021-mato-grosso-do-sul-institui-o-programa-cidadania-viva-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso-do-sul-para-os-fins-que-especifica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 14.jul.2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul** (livro eletrônico). São Paulo: Cortez, 2014 p.68-107. Disponível em: <<https://temascontemporaneosdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/02/boaventura-de-sousa-santos-maria-paula-meneses-epistemologias-do-sul-cortez-editora-2014.pdf>>. Acesso em: 19.abr.2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação, o conceito, o profissional e a aplicação: Contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo, 2011. Editora Paulinas.